

CRISE CAPITALISTA E OS DESAFIOS DA HUMANIDADE: ESTAMOS À BEIRA DO ABISMO?¹

José Claudinei Lombardi²

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Introdução

As reflexões aqui apresentadas decorrem das discussões travadas no âmbito do XV Colóquio Nacional e VIII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. O tema central – "À beira do abismo: os caminhos da humanidade diante das ameaças de sua extinção" – impõe ao pensamento crítico a tarefa inadiável de interrogar: a crise capitalista e os desafios contemporâneos nos colocam, de fato, diante do precipício?

Esta não é uma pergunta de retórica apocalíptica, mas uma constatação baseada na materialidade histórica: a crise estrutural do capitalismo ameaça os fundamentos da civilização, ecoando o alerta de Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos*, de que, se a humanidade não

¹ O presente texto decorre da participação na mesa de encerramento - focando no tema: Crise da sociedade contemporânea e os desafios ético-políticos da humanidade - do XV Colóquio Nacional & VIII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, que teve por tema geral "À beira do abismo: os caminhos da humanidade diante das ameaças de sua extinção", realizado de 06 a 08 de novembro de 2024, na UESB, em Vitória da Conquista/Bahia, Brasil.

² Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp; Livre-Docente em História da Educação pela Unicamp; Professor Titular Aposentado do Departamento de Filosofia e História da Educação da Unicamp; Professor Visitante Sênior do ICED da UFOPA; Bolsista de Fixação de Recursos Humanos do CNPq Nível A, atuando como pesquisador no Centro Avançado de Apoio Educativo à Agricultura Familiar, Sustentabilidade e Cultura Alimentar na Amazônia, CEACAM, vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Autor e organizador de várias publicações. Coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). Endereço eletrônico: zezo@unicamp.br

for capaz de se reformular, o preço a pagar será a escuridão, uma vez que as estruturas sociais e os fundamentos da civilização capitalista entraram em um processo de erosão que ameaça o próprio futuro (Hobsbawm, 1995).

O contexto contemporâneo é marcado por três vetores de destruição que operam articuladamente. O primeiro é o horizonte da **barbárie bélica**, no qual as disputas imperialistas pelo mercado mundial reativam o potencial de um conflito nuclear. O segundo é o **colapso ambiental**, evidenciando que o capital já não consegue restabelecer o equilíbrio dos ecossistemas, tratando a natureza como um recurso inesgotável. O terceiro é a **crise civilizatória**, em que a acumulação de riqueza se faz às custas da miséria e do extermínio de muitos, sendo o genocídio do povo palestino e, historicamente, a violência contra populações nativas e negras nas colônias, em benefício dos impérios.

Esses vetores desvelam o que já discuti anteriormente (Lombardi, 2024, p. 28), adotando a metáfora de que vivemos sob a égide de um 'mundo de ponta-cabeça', no qual a lógica destrutiva do capital subverte as necessidades humanas básicas, sobrepondo-se à própria vida, em favor de uma acumulação que flerta abertamente com a barbárie.

Para compreender essa realidade, adotamos a categoria **Modo de Produção**, que expressa a totalidade histórico-social em transformação. Através dela, percebemos que a crise não é conjuntural, mas um descompasso estrutural radical entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção burguesas, empurrando a civilização para a barbárie.

Vivemos o que István Mészáros denomina como "crise estrutural do capital", um estágio no qual o sistema não consegue mais resolver suas contradições internas por meios ordinários, empurrando a civilização para limites biofísicos e sociais insustentáveis (Mészáros, 2002).

Este olhar sobre a crise é, também, um compromisso ético e político. A crítica ao sistema exige a denúncia do genocídio do povo

palestino e do extermínio histórico das populações indígenas e negras, atos que naturalizam a morte em nome da acumulação. A luta pela sobrevivência da humanidade impõe aos educadores o desafio de utilizar a Pedagogia Histórico-Crítica como ferramenta na transição para um novo modo de produzir a vida.

Organizei o texto em quatro pontos, quais sejam: 1. As crises estruturais do Modo de Produção Capitalista; 2. Bancos e Estado garantindo a acumulação; 3. Transição do capitalismo para um novo modo de produção?; 4. Enquanto não há transformação, a barbárie avança...

1. As crises estruturais do modo de produção capitalista

Para compreender os desafios postos à humanidade, é preciso aprofundar a compreensão sobre o modo de produção capitalista, fazendo uma análise crítica dessa totalidade histórico-social em transformação permanente. O capitalismo não é estático; historicamente se forjou no interior do modo de produção feudal, graças ao comércio e às grandes navegações, adentrando num estágio transitório - sua fase Mercantil (acumulação primitiva) para o Industrial (subordinação real do trabalho) e, a partir de 1870, para o Monopolista ou Imperialista.

Lênin (2011) analisou detidamente o início desta última fase, caracterizada pela exportação de capitais e pela formação de monopólios transnacionais que dominam a política global. Este período caracteriza-se pela fusão dos capitais bancário e industrial, formando o capital financeiro, nos quais a acumulação especulativa muitas vezes prescinde da produção de mercadorias. Nesse movimento, a luta de classes permanece como o motor das transformações. Diferente das crises conjunturais, a crise estrutural atinge os pilares do sistema. A história do capital é balizada por esses momentos de ruptura:

- A Primeira Grande Crise (1873-1896): Marcou o início dos ciclos de saturação e estagnação, resultando na centralização de capitais e na busca imperialista por mercados. Era o início dos ciclos econômicos, com suas fases de produção febril, superprodução e crise + estagnação. Nesse processo prosperavam as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis: “o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 2013, p. 828).

- A Segunda Grande Crise (1929): Evidenciou os limites do liberalismo e a irracionalidade da especulação financeira. Demonstrou a incapacidade do livre mercado em se autorregular, levando à necessidade de intervenções estatais massivas e, tragicamente, às soluções militares das duas Grandes Guerras.

- A Terceira Grande Crise (1970 - atual): Diferente das anteriores, esta crise é processual e longa, e manifesta-se no que Marx descreveu como a tendência decrescente da taxa de lucro, levando o capital a abandonar o investimento na produção real para buscar refúgio na especulação financeira.

Essa nova fase, denominada Capitalismo Monopolista ou Imperialismo, resultou da solução da Primeira Grande Crise capitalista da Segunda Revolução Industrial e da fusão do capital bancário com o industrial, que deu origem ao capital financeiro. A saída da crise resultou na concentração e centralização das empresas, das fontes de matérias-primas e do mercado. Gradativamente, o capital financeiro foi tomando corpo com os monopólios e grandes conglomerados econômicos, sob a garantia de Estados imperialistas que disputavam o domínio mundial.” O segmento iniciado por “que” não se completa sintaticamente.

O imperialismo é, portanto, a fase que se caracteriza pela fusão do capital bancário e industrial (capital financeiro), exportação de capitais, partilha do mundo entre potências e dominação oligárquica de uns poucos financistas (Lênin, 2011; Luxemburgo, 1970; Harvey, 2014). O domínio do capital financeiro, por meio dos bancos e das bolsas de valores, resultou na acumulação especulativa, na qual a aplicação de capital tem como resultado a acumulação de mais dinheiro,

sem lastro com nenhuma outra esfera econômica - como a produção e a circulação de mercadorias.

Nesta fase contemporânea de "decadência histórica", as forças produtivas convertem-se em forças destrutivas, o capital refugia-se na "bancocracia", drenando a riqueza social para a especulação em vez de reinvesti-la na produção da vida. Esse processo gera uma "falha metabólica" profunda, rompendo o intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza e conduzindo o planeta a limites biofísicos insustentáveis. Como observa Marx em *O Capital*, "o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital" (Marx, 2017). Quando a acumulação se torna um fim em si mesma, descolada das necessidades humanas, o resultado é que as crises se aprofundam, indicando o esgotamento do sistema e gerando o que chamamos de barbárie social.

Engels (2008), em 1845, já alertava para a barbárie indissociável da acumulação: a destruição da natureza e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Na fase atual, essa destruição é amplificada pelo domínio do capital financeiro, que drena a riqueza social para a especulação, aprofunda o abismo ambiental e social. Importante frisar que a crise ambiental não é um subproduto accidental da ação humana sobre a natureza, mas, como demonstra Foster (2005), o resultado de uma 'falha metabólica' profunda provocada pelo rompimento do intercâmbio orgânico entre o ser humano e a terra, entre o metabolismo social e natural, conduzindo o planeta a limites biofísicos insustentáveis (Foster, 2005, p. 201).

2. A "bancocracia", o Estado e a garantia da acumulação

No estágio atual do capitalismo monopolista, a fusão dos capitais industrial e bancário consolidou o domínio do capital financeiro, configurando o que se pode chamar de "bancocracia". Nesse contexto, o Estado não atua como um mediador neutro das tensões sociais, mas sim, como observaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, como o "comitê executivo" encarregado de gerir os negócios

comuns de toda a classe burguesa (Marx; Engels, 2010). A crise estrutural do capital, em sua fase de senilidade, é gerida por este Estado que utiliza o fundo público para garantir a rentabilidade das elites financeiras. O contexto em que vivemos deixa evidente que a crise estrutural do capital não oferece saídas sob o capitalismo, aprofundando o caráter senil e bárbaro do modo de produção atual (Lombardi, 2024, p. 37).

A dinâmica econômica sofreu uma alteração qualitativa em sua forma mais fetichizada. Enquanto no capitalismo industrial o ciclo dependia da produção real para gerar valor – expresso na fórmula $\$D-M-P...M'-D\$$ –, no atual estágio de financeirização, o capital busca atalhos para que a aplicação de dinheiro produza mais dinheiro, sem passar pela esfera produtiva - operando na fórmula abreviada $\$D-D\$$. Como Marx descreve no Livro III d'O *Capital* (2017), o capital a juros ou capital fictício faz com que o dinheiro pareça gerar mais dinheiro por uma propriedade inerente, ocultando a exploração da mais-valia na esfera da produção (Marx, 2017).

Essa "fuga" para a especulação é sintoma do agravamento da crise estrutural, quando o capital não encontra mais campos de investimento produtivo que garantam as taxas de lucro desejadas, refugiando-se no jogo parasitário das bolsas de valores e dos títulos da dívida. Mas essa elasticidade atingiu o seu limite, pois a bancocracia atualmente não somente gerencia a crise, mas a aprofunda, transformando as forças produtivas da humanidade em forças destrutivas, tanto no plano ambiental quanto no social, com Estados ao redor do mundo inteiro, cobrindo o rombo dos grandes bancos.

Com o Estado moderno tornando-se o principal garantidor da Dívida Pública, também no Brasil esse fenômeno é agudo. Segundo dados do Banco Central do Brasil (2024), a dívida bruta do governo geral atingiu cifras alarmantes em 2024, funcionando como um duto que drena a riqueza produzida pela classe trabalhadora diretamente para o sistema bancário. No Brasil, a dívida bruta atingiu R\$ 9,1 trilhões (77,7% do PIB) em 2024, funcionando como um escoadouro permanente da riqueza produzida pelos trabalhadores. O fundo público

cumprir, então, um duplo papel: socializa as perdas ao resgatar instituições financeiras "grandes demais para falir" e privatiza os lucros ao impor políticas de austeridade que drenam direitos sociais para honrar compromissos com credores. Como define Mészáros (2002), a função do Estado é assegurar a reprodução do sistema, custe o que custar em termos de destruição social e ambiental.

3. A longa transição e o desmonte dos pilares do capital

A transição para uma nova sociabilidade não ocorre como um evento súbito, mas como um "interregno" histórico iniciado na crise de 1873 e que marcou a passagem para o capitalismo monopolista. Desde então, vivemos a contradição absoluta entre uma produção social mundializada e uma apropriação privada residual, resultando numa paralisia da função civilizatória do sistema. Como aponta a teoria marxista, a produção social tornou-se mundializada e altamente cooperativa, mas permanece aprisionada em um invólucro de apropriação privada que já não comporta o desenvolvimento das forças produtivas. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) já sinalizavam a transição, na qual as forças produtivas se transformam em forças destrutivas.

Nesse contexto, o capital opera a subsunção real do trabalho, socializando o processo produtivo de forma despótica. Com isso, a própria dinâmica da acumulação leva à "expropriação dos expropriadores" (Marx, 2013), como evidencia: a aplicação da ciência, a cooperação e a rede do mercado mundial - que tornam as forças produtivas incompatíveis com o "invólucro" da propriedade privada. Como o sistema de crédito e o capital por ações representam a supressão do modo de produção capitalista no próprio modo de produção capitalista, o invólucro persiste somente como um entrave que gera miséria e alienação em massa.

O desenvolvimento das forças produtivas, não acompanhado por uma transformação das relações de produção e mantendo privada a apropriação das riquezas, resultou em crises estruturais cíclicas e na

paralisia da função civilizatória do sistema. A falência de empresas e a subsequente centralização de capitais deram início à erosão dos pilares liberais, substituindo a "mão invisível" pelo domínio dos monopólios.

Este período de transição é marcado pela contradição absoluta entre a produção social mundializada e a apropriação privada residual, manifestando-se como um retrocesso não somente econômico, mas cultural e ideológico, em que a superestrutura assume contornos reacionários ante a impossibilidade de gerir suas próprias contradições. Como a revolução ainda não ocorreu em escala internacional, a longa transição – cobrindo o período desde 1870, passando pelo século XX e início do século XXI – tem sido marcada, por um lado, por revoluções socialistas e instalação de governos centralizados e planejados, por outro, pelas crises estruturais do capitalismo e o desmonte dos pilares liberais fundamentais do capitalismo.

Enquanto o "novo" é bloqueado pela reação do capital, assistimos à decomposição dos pilares fundamentais da estabilidade liberal: O “livre mercado” converte-se em oligopólio; a propriedade individual transforma-se em propriedade social de acionistas - tornando o capital acionário impessoal; a democracia formal fica cada vez mais esfumada, convivendo com a captura corporativa do Estado - soberania e império das leis tornam-se coisa do passado.

A expansão produtiva, entretanto, confronta os limites da sociabilidade construída pela luta de classes:

- **Tecnologia vs. Apropriação:** A introdução da Inteligência Artificial e da automação avançada, em vez de libertar o homem do trabalho penoso, é utilizada para aumentar a vigilância e criar uma massa de trabalhadores precarizados e "descartáveis" (ANTUNES, 2018). O salto tecnológico (IA e automação) acirra a contradição entre a capacidade produtiva de suprir a humanidade e a sua subordinação ao lucro concentrado, apropriado privadamente.

- **Riqueza geradora de Miséria:** A produtividade não se traduz em bem-estar, mas na criação de uma "superpopulação relativa" permanente e precarizada.

- **Capital Fictício:** A propriedade individual foi

substituída pelo controle acionário impessoal de uma aristocracia financeira transnacional.

- **Monopólio vs. Mercado:** O "livre mercado" sobrevive somente como retórica ideológica, pois a economia real é regida por cartéis mundiais, impondo o monopólio e eliminando a liberdade de mercado.

- **Vigilância Algorítmica:** A autonomia individual - a propalada liberdade do ideário liberal - converteu-se em controle digital total, em que o cidadão é um insumo rastreável para a acumulação.

- **Crise do Estado:** Incapaz de controlar forças transnacionais, o Estado nacional não dispõe de soberania e autodeterminação, sendo que sua máquina governamental sofre uma paralisia política, recorrendo ao autoritarismo para garantir a rentabilidade da bancocracia.

- **A falha metabólica:** A lógica do lucro ilimitado ignora os limites biofísicos do planeta. O capital rompe o intercâmbio orgânico e metabólico entre o ser humano e a natureza (FOSTER, 2005), conduzindo-nos ao que Mészáros (2002) chama de "destrutividade cumulativa", em que a própria sobrevivência da espécie humana é colocada em risco pela exaustão dos recursos naturais.

- **A erosão da democracia liberal:** Incapaz de oferecer melhorias materiais às massas sob o regime de austeridade, o capital abandona sua face democrática. O Estado nacional, paralisado por forças transnacionais, recorre a formas de controle autoritário e à "gestão da barbárie" para manter a ordem.

Essa realidade confirma que o capitalismo perdeu sua capacidade civilizatória. A persistência do sistema agora exige a canibalização das bases da vida e da política, tornando a frase de Rosa Luxemburgo, "Socialismo ou Barbárie", mais atual do que nunca.

4. Como o parto do “novo” não ocorre, a barbárie avança

A crise estrutural do capital, em sua fase de senilidade e "destrutividade cumulativa", como alerta István Mészáros (2002), sob condições de esgotamento do metabolismo entre o homem e a natureza (Foster, 2005), inevitavelmente conduz à barbárie, manifesta na destruição ambiental, no extermínio de populações e na erosão da subjetividade humana.

A barbárie contemporânea não pode ser compreendida como regressão externa ou falha accidental do desenvolvimento moderno. Ela constitui dimensão imanente da própria sociabilidade capitalista. O capitalismo não produz somente riqueza; produz, simultaneamente, miséria, exclusão e violência estrutural.

A barbárie manifesta-se, historicamente, sob múltiplas formas: guerras de expansão e reorganização imperialista; colonização e espoliação sistemática das riquezas; pauperização estrutural das classes trabalhadoras; racismo estrutural e hierarquização da força de trabalho; destruição ambiental em larga escala, pois, no estágio contemporâneo, a barbárie assume feição globalizada. A financeirização intensifica a pressão sobre Estados nacionais, impondo políticas de austeridade que desmontam sistemas de proteção social. A precarização do trabalho converte amplas massas em populações descartáveis ou excedentes. Rosa Luxemburgo (1970) formulou o dilema “socialismo ou barbárie” no contexto da Primeira Guerra Mundial. Sua formulação não era uma metáfora, mas expressava a compreensão de que o imperialismo representa a fase histórica na qual a expansão capitalista assume caráter destrutivo ampliado.

Importante destacar que a crise e a barbárie não se manifestam somente nas esferas econômica e ambiental, mas atingem o cerne da formação humana.

A educação, nesse contexto de ‘interregno’ histórico, no qual o velho mundo está perecendo, mas o novo não consegue nascer, exigindo uma práxis que rompa com a lógica da mercadoria, torna-se

um campo de batalha fundamental. Se, por um lado, o capital busca reduzir o processo educativo ao treinamento técnico-funcional e à subjetividade do "empreendedor de si mesmo" para atender à precarização do mercado de trabalho, por outro, surge a necessidade de uma educação que recupere a totalidade histórica e a consciência de classe.

A crise estrutural é também uma crise na educação, que produz nas novas gerações uma crise de identidade, ao perderem o vínculo com o passado histórico, situação que Hobsbawm (1995) chamou de “destruição do passado”. Na esfera escolar, a barbárie materializa-se na subsunção real do trabalho pedagógico à lógica mercantil, transformando a educação em um "serviço" de baixo valor agregado, destituindo-a de seu potencial humanizador. O professor, nesse contexto, é convertido no que Ricardo Antunes (2018) denomina "proletariado de serviços", submetido à precarização estrutural, ao arrocho salarial e a um processo de desintelectualização que ataca sua identidade de classe. A transformação da educação em mercadoria leva à substituição do conhecimento científico por "competências socioemocionais" e treinamentos funcionais, configurando o que se pode chamar de "pedagogia da exclusão". Como aponta Saviani (2011), quando a educação abdica da transmissão do saber universal e científico, ela se torna ferramenta de adaptação à precariedade.

A crise estrutural do capitalismo, portanto, afeta a educação, levando-a a abdicar de seu papel de formação, cabendo à escola a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade para as novas gerações. A educação sob a égide do capital não visa à formação ou à autonomia do sujeito, mas contribui com a ampliação da barbárie (CASSIO, 2019), levando os sujeitos à adaptação funcional às demandas voláteis do mercado, constituindo uma forma refinada de barbárie intelectual.

Nesse contexto, a **Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)**, fundamentada no materialismo histórico-dialético, apresenta-se como a ferramenta teórica e prática indispensável para o enfrentamento da barbárie contemporânea. Segundo Dermeval Saviani, a educação não

se limita à transmissão de conteúdos, mas visa à apropriação dos conhecimentos universais como meio de compreender e transformar a realidade social. É nesse sentido que o sistematizador dessa teoria pedagógica entende que a educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (Saviani, 2011). Portanto, o papel da escola e do educador não é meramente reprodutor, mas sim o de garantir o acesso universal aos conhecimentos clássicos” ou “conhecimentos universais”, os quais são instrumentos indispensáveis para os trabalhadores compreenderem e transformarem a sua realidade.

Tenho insistido que, face ao avanço da barbárie, colocando a humanidade à beira do abismo, a tarefa do educador crítico na atualidade desdobra-se em dimensões políticas e pedagógicas indissociáveis:

1. **A apropriação do saber universal como ferramenta de luta:** contra o esvaziamento curricular e o irracionalismo, a PHC defende que "o domínio da ciência e da cultura é condição necessária, embora não suficiente, para a libertação humana" (Saviani, 2011). A negação do conhecimento científico às massas é uma estratégia de manutenção da barbárie.

2. **A crítica à educação mercadológica:** É preciso denunciar como as reformas educacionais contemporâneas (como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC) operam a serviço do capital financeiro, fragmentando o saber e eliminando a dimensão histórica do ensino.

3. **A formação da consciência de classe para a transição:** Como o capitalismo não possui mais capacidade civilizatória, a educação deve preparar os sujeitos para a superação deste modo de produção. Não se trata de uma utopia abstrata, mas de uma necessidade material. A PHC, ao trabalhar com a categoria de catarse – a passagem da consciência comum à consciência filosófica (gramsciana) – contribui para o educando compreender que o precipício da barbárie não é um destino natural, mas uma imposição da ordem do capital.

Estamos diante do desafio de transformar a prática educativa em um ato de resistência e de ação política. Como enfatiza Mészáros (2002), o controle social do capital sobre o metabolismo humano só pode ser rompido por uma alternativa socialista. A educação, embora não possa operar a revolução isoladamente, é parte constitutiva da práxis revolucionária, ao formar a consciência necessária para que os "expropriados" assumam o controle da história e evitem a escuridão que Hobsbawm (1995) anteviu.

A superação da crise exige o fim da ordem do capital e a construção de uma nova sociabilidade dotada de uma perspectiva coletiva, em que prevaleça a máxima “De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (Marx, 2012).

A educação, embora não possa fazer a revolução sozinha, é parte integrante do processo de formação dos sujeitos que irão realizá-la!

Considerações finais

Efetivamente, tudo indica que a humanidade caminha, de fato, por uma trilha de desfiladeiro, com abismo dos dois lados. A crise estrutural do capitalismo, entretanto, não significa colapso automático. O capital demonstrou capacidade histórica de reorganização por meio de guerras, reestruturações produtivas e novas formas de exploração.

Mas nenhuma crise anterior chegou a tantos limites simultaneamente: limites com a natureza, limites da acumulação e limites da própria existência e dignidade humana. O atual estágio de financeirização da economia e de desmonte dos pilares sociais revela um sistema que sobrevive somente à custa da destruição.

Porém, não se pode esquecer de que nenhuma formação social desaparece antes de desenvolver plenamente suas forças produtivas (Marx, 2008). O capitalismo levou esse desenvolvimento a um patamar inédito, mas suas relações sociais tornaram-se obstáculo ao próprio potencial emancipatório dessas forças.

A alternativa histórica não se coloca entre estabilidade e crise, mas entre aprofundamento da barbárie ou reorganização emancipatória da sociedade. A continuidade da lógica da valorização do dinheiro implica expansão das desigualdades, devastação ambiental e conflitos recorrentes.

Se estamos à beira do abismo, ele não decorre de fatalidade natural, mas de determinações históricas. E, sendo produto histórico, pode ser superado pela ação histórica. Isso implica o revigoramento da luta política e, para nós, educadores, a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Para isso, é preciso superar a concepção hegemônica, focada no “aprender a aprender” (Duarte, 2013), por uma pedagogia que tenha compromisso com a formação omnilateral dos educandos. A Pedagogia Histórico-Crítica, ao reafirmar o compromisso com a verdade e com a transformação social, posiciona-se como um farol necessário para iluminar os caminhos da superação do capital e da construção de uma sociabilidade autenticamente humana.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais: nota para a imprensa*. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 1 fev. 2026.

CÁSSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Educação Contemporânea).

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo: ensaio popular*. Campinas: Navegando, 2011.
- LOMBARDI, José Claudinei. Modo de produção capitalista: crise, barbárie e transição. In: BERTONI, Luci Mara; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti; SILVA, Régis Henrique dos Reis (org.). *Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência*. Uberlândia: Navegando, 2024. p. 28-49.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: *O processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *O choque de trajetórias: a pedagogia histórico-crítica e o sistema de ensino*. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 714-734, 2017.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.